

PROC. N° 7180/05 PLL N° 328/05

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA

PARECER Nº 043/07 – CEDECONDH AO PROJETO E À EMENDA Nº 01

Reconhece Porto Alegre como Cidade Amiga da Amazônia, regulamenta o consumo de madeira pelo Poder Público Municipal e dá outras providências.

Vêm a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe e a Emenda nº 01, de autoria do Vereador Carlos Comassetto.

A Proposição objetiva criar um programa que identifique a Capital com a Amazônia, como parte da identificação de nossa Cidade com a causa ambiental, expressada, no caso, pela Amazônia e o significado que a floresta tem para o ambiente em nosso País e no mundo. Do ponto de vista prático, a Proposição estabelece regramento quanto à utilização de critérios ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Mais especificamente, o Projeto define regras especificas relativas à compra de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário, ou execução de obras, serviços direta ou indiretamente contratados, que possam utilizar madeira ou algum de seus subprodutos, sempre buscando a sustentabilidade socioambiental. Ao mesmo tempo, veda a compra de mogno (espécie protegida) e condiciona a participação de empresas em processo licitatórios ao respeito à legislação ambiental.

A Emenda nº 01, corrigiu ilegalidade apontada pela Procuradoria.

Diante da apresentação da Emenda nº 01, a CCJ manifestou-se pela inexistência de óbice de natureza jurídica à tramitação do Projeto e da Emenda nº 1. A Comissão de Finanças, Orçamento e do Mercosul, CEFOR, exarou Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01. A Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, CUTHAB, por sua vez, manifestou-se pela aprovação da Proposição e da Emenda nº 1.

É o relatório.

No âmbito de análise desta Comissão, o Projeto é meritório. Estabelece, além do auto-reconhecimento de Porto Alegre como Cidade Irmã da

Câmara Municipal de Porto Alegre

PARECER Nº 013 /07 – CEDECONDH AO PROJETO E À EMENDA Nº 01 PROC. N° 7180/05 PLL N° 328/05 Fl. 02

Amazônia, um rol adequado de exigências legais quanto a práticas ambientalmente sustentáveis para a administração pública. Já, há algum tempo, os direitos ambientais estão integrados entre os Direitos Humanos. A preservação da espécie está diretamente vinculada à preservação do ambiente no qual está inserida e do qual depende. Por isso, é cada vez maior a exigência de normas e condutas ambientalmente sustentáveis. A proposição apresentada pelo Vereador Carlos Comasseto inclui-se em uma das condutas exigidas aos agentes públicos, qual seja, a de estabelecer regras para uma relação equilibrada com o meio.

A Cidade de Porto Alegre será beneficiada com a aprovação da presente proposição.

Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Sala Dr. Luiz Goulart Filho, 30 de abril de 2007.

Ulor as Vereador Margarete Moraes, Relatora.

Aprovado pela Comissão em 08-05-07

Vereador Carlos Comassetto – Presidente

vereauor Carios Comassetto – Fresidente

Vereador João Carlos Nedel – Vice-Presidente

Vereador Carlos Todeschini

Vereador Dr. Goulart

Vereadora Maria Huiza